



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

MATÉRIA: PROJETO DE LEI 02/2020

DATA DE APRESENTAÇÃO: 22/09/20

AUTOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: ALTERA A LEI Nº 3.586, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019, QUE CRIA O FUNSEG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PARECER JURÍDICO Nº 164/2020/AL/PJA

Sr. Procurador Geral,

PROPOSIÇÃO E JUSTIFICATIVA

De iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, vem a esta Procuradoria para emissão de parecer jurídico, o Projeto de Lei nº 02/20 que altera a Lei nº 3.586.19, autorizando o Chefe do Poder Executivo a abrir crédito especial à implementação do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG) e baixar os atos necessários à execução da citada lei.

O autor motiva sua proposição em face à Resolução nº 104/10, que “determinou que os Tribunais de Justiça façam gestão a fim de ser aprovada lei estadual dispondo a criação de Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (art. 7º).

COMPETÊNCIA E INICIATIVA

De início, cumpre esclarecer que a Resolução - CNJ nº 104/10, citada na justificativa da proposição pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins foi revogada pela Resolução nº 291/19, que assim preceitua a respeito do tema:

Art. 19. Os Tribunais de Justiça tomarão iniciativa de projeto de lei estadual dispondo sobre a criação de Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados - FUNSEG-JE, com a finalidade de assegurar os recursos necessários ao cumprimento da presente Resolução.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Portanto, além da justificativa da proposição alicerçar-se em legislação revogada, o argumento de o Projeto de Lei nº 02/20 atenderia a necessidade de que o Tribunal de Justiça fizesse gestão para aprovação de Lei criando o FUNSEG também não merece acolhida, pois o citado Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados já existe legalmente.

Por óbvio, o sistema federativo, instituído pela Carta de 1988, confere aos Estados membros **autonomia administrativa, orçamentária e financeira** na gestão de seus serviços e o princípio da separação e harmonia dos Poderes consagrado pela mesma Constituição, assegura ao Poder Judiciário a proposição de leis que visem normatizar sua organização interna, seu orçamento e despesas, bem como a operacionalização de suas atribuições e prerrogativas constitucionais.

Baseado nesses princípios de competências concorrentes e de liberdade e autonomia de cada Poder do Estado, o Conselho Nacional de Justiça determinou que os Tribunais de Justiça dos entes federados apresentasse às Assembleias Legislativas respectivas, Projeto de lei criando o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG-JE, com a finalidade específica de assegurar os recursos necessários à implantação e manutenção do Sistema de segurança dos juízes.

Ora, Sr. Procurador Geral, no âmbito do Estado do Tocantins, a Lei 3.586, de 17 de dezembro de 2019 já criou o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG) e dispôs sobre suas receitas e a aplicação de seus recursos, estabelecendo textualmente:

Art. 3º. Constituem receitas do FUNSEG:

- I - 2% do produto da arrecadação das custas judiciais, que serão repassados pelo fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário (FUNJURIS);
- II - o saldo financeiro apurado no balanço anual do próprio FUNSEG;
- III - as receitas oriundas de convênios, acordos, termos de cooperação ou contratos firmados pelo FUNSEG com instituições financeiras e entidades de direito privado;
- IV - rendimentos de aplicações financeiras com recursos do FUNSEG; e
- V - outros recursos que lhe forem destinados por lei.

9



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Agora, menos de um ano da vigência da norma, o mesmo Tribunal de Justiça cita legislação revogada, alega a necessidade de criar um fundo já existente e, ao final, propõe alteração da Lei Estadual nº 3.586/19, acrescentando o seguinte dispositivo:

Art. 8º-A. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

- I – Abrir crédito especial necessário à implementação do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG)
- II – baixar os atos necessários à execução do disposto nesta Lei.

Antes da análise jurídica do conteúdo normativo do Projeto de Lei nº 02 de 2020, compreendido pelo dispositivo acima citado, parece conveniente lembrar e transcrever o texto do art. 8º que serviu de apoio ao acréscimo legal:

Art. 8º O Poder Judiciário do Estado do Tocantins editará os atos necessários à operacionalidade do FUNSEG, quanto à organização administrativa, orçamentária, financeira e contábil.

Parágrafo único. A prestação de contas relativa aos recursos do fundo destinado à segurança dos magistrados obedecerá à legislação pertinente e será de responsabilidade da própria unidade gestora.

O vigente art. 8º da proposição diz que o Poder Judiciário do Estado do Tocantins editará atos **(administrativos)** necessários à operacionalidade do FUNSEG, restringindo-se apenas a procedimentos para arrecadar e executar os recursos do fundo destinado a garantir a segurança dos magistrados.

Portanto, por uma questão de lógica e técnica legislativa, parece mais adequado que a alteração legal proposta fosse alocada junto ao art. 3º da Lei nº 3.586/19, que trata exatamente das receitas do FUNSEG e não em sequência ao art. 8º, que disciplina assunto diverso.

Pior que a desarmonia de matérias diversas em um mesmo dispositivo, o teor normativo do proposto art.8º-A, objeto do presente parecer, mostra-se absolutamente inconstitucional, constituindo flagrante interferência indevida do Poder Judiciário nas atribuições e prerrogativas do



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Poder Executivo e clara agressão a independência orçamentária e financeira dos Poderes constituídos.

Importante ter na devida conta que, os **créditos** suplementares e **especiais** são autorizados por lei e abertos automaticamente quando a lei for suficiente ou por decreto do Poder Executivo. Mas, para a **abertura de Créditos** Suplementares e **Especiais**, torna-se necessária a existência de fontes de recursos para financiá-los. No caso dos Créditos Extraordinários, não há necessidade de fonte específica.

Nesse sentido, para abertura de créditos adicionais é necessária a existência de recursos financeiros disponíveis segundo o artigo 43 da Lei 4320/64, que estabelece a abertura dos créditos suplementares e especiais dependem da disponibilidade de dinheiro para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

Lei nº 4.320/64

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e *especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.*

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

9



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Constituição Federal:

Art. 167. (...)

§2º **Os créditos especiais** e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

A respeito da teoria jurídica pátria sobre créditos adicionais, o texto doutrinário abaixo resume a matéria, didaticamente:

“O Orçamento anual é produto de um processo de planejamento, que incorpora as intenções e prioridades da sociedade. Durante a execução da Lei Orçamentária Anual, podem ocorrer situações ou problemas não previstos na fase de sua elaboração. Portanto, há que se criar instrumentos que possibilitem retificar o Orçamento durante a sua execução. Esses mecanismos retificadores são conhecidos como Créditos Adicionais e são previstos na Lei nº 4.320/64 e na Constituição.

Os Créditos Adicionais classificam-se em:

Suplementares- São os créditos insuficientemente dotados na Lei do Orçamento, destinando-se, portanto, ao reforço de dotações já existentes.

Especiais- São os créditos não computados na Lei do Orçamento, ou seja, aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação específica.

Extraordinários- São os créditos destinados a despesas imprevisíveis e urgentes, tais como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Os Créditos Suplementares e **Especiais** são autorizados por Lei e considerados abertos automaticamente pela sanção e os Extraordinários por Medida Provisória.

O artigo 7º da Lei 4.320/64 e o art. 167 da Constituição Federal autorizam a inclusão no orçamento de dispositivo que permite ao Executivo abrir Créditos Suplementares até determinado limite do total da despesa fixada no orçamento. Tal medida visa a agilizar e desburocratizar os procedimentos administrativos. **Já a**

U



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

autorização para a abertura de Crédito Especial deverá ser concedida por meio de lei própria. No caso do Crédito Extraordinário, a dispensa de manifestação legislativa prévia justifica-se plenamente dada a urgência requerida. A necessidade de informar o Legislativo imediatamente após a abertura do Crédito Extraordinário impede que o Executivo possa cometer qualquer abuso nessa área, possibilitando os ajustes necessários.

Vigência dos Créditos Adicionais

Os Suplementares, por serem destinados a atender insuficiência do orçamento anual, acompanham a sua vigência, ou seja, extinguem-se no final do exercício financeiro.

Os Créditos Especiais e Extraordinários poderão ser reabertos no exercício subsequente quando o ato da autorização for sancionado nos últimos quatro meses do exercício. Estes créditos serão reabertos, por meio de novo Decreto, nos limites de seus saldos.

O procedimento para reabertura dos Créditos Especiais e Extraordinários tem uma explicação lógica: os Créditos abertos após 31/08 não constam do Orçamento para o exercício seguinte, uma vez que este já foi elaborado e encaminhado ao Congresso Nacional para apreciação, devendo o programa de trabalho dar continuidade no próximo exercício”.

http://www.lrf.com.br/mp_op_creditos_adicionais.html

De todo o exposto, fica evidente que a abertura de crédito especial depende da indicação dos recursos próprios. Em outras palavras, é necessária a existência de fontes de recursos para financiá-los.

Além de não indicar qual seria a fonte de recursos destinada a abertura do requerido crédito especial, o art. 8º-A constante da proposição, constitui verdadeiro cheque em branco ao Chefe do Poder Executivo para abrir crédito orçamentário de **qualquer valor e sem origem definida**, com o objetivo de financiar a segurança dos nobres magistrados tocaninenses, deixando de atender a requisito expresso na lei federal nº 4.320/64.

Não é demais repetir que a criação de crédito especial depende de autorização legal, de disponibilidade de recursos e deve atender aos



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

ditames da lei de responsabilidade fiscal, observando a autonomia, independência e separação dos orçamentos e despesas dos Poderes constituídos.

Nesse aspecto, parece estranho que a proposição autorize o governador do Estado a abrir crédito especial dentro do orçamento do Poder Executivo para atender a despesas próprias do Poder Judiciário, que detém autonomia orçamentária e financeira garantida pelas Constituições Federal e Estadual.

Importante realçar que a Constituição proíbe a realização de despesas que excedam os créditos orçamentários (art. 167, II, CF/88). Complementando esse comando, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece que as despesas sem adequação orçamentária, ou seja, sem dotação suficiente, serão consideradas nulas, irregulares e lesivas ao patrimônio público. Veja o que determina a Lei Fundamental:

Art.167. São vedados:

II -a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais

No mesmo sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 (...)

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

II -declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária (...)

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa.

Além dessas justificativas, previstas pela legislação federal, **a fonte dos recursos que cobrirão esses novos créditos orçamentários deve constar da proposta legislativa.**

0



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Os créditos especiais não constituem exceção à regra legal, vez que devem ter autorização legislativa específica. Isso significa que a abertura dessa modalidade de crédito adicional está atrelada ao princípio da legalidade orçamentária, pela qual a proposta legislativa deve conter as justificativas devidas e **as fontes de custeio para a pretendida autorização de crédito, destinado a cobrir despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.**

Estados Federados: Esse o entendimento dos Tribunais de Contas dos

"TCE - MG

Consulta nº:883.284

Ementa: Consulta-Câmara Municipal-Abertura para autorização de **créditos Especiais** ao Poder Executivo - **Indicação das fontes financiadoras desses créditos no projeto de lei** - Necessidade Aplicabilidade da regra geral da estrita legalidade orçamentária —Justificativa para abertura dos créditos especiais —Observância do disposto no art. 45 da Lei n. 4.320/6."

Exemplos de fontes de financiamento abaixo enumeradas, adotadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, são bastante ilustrativas e servem de parâmetro para que os demais tribunais pátrios busquem instrumentos ou meios de custear as despesas com a segurança pessoal dos magistrados:

- 1 - Aumento do percentual do produto da arrecadação das custas judiciais,
- 2 - Créditos consignados no orçamento do Estado;
- 3 - Doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que o FUNSEG-JE venha a receber de organismos ou entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- 4 - Rendimentos de depósitos bancários e outras aplicações financeiras de suas próprias contas;
- 5 - Parte ou totalidade dos rendimentos obtidos a título de spread das contas de precatórios judiciais, destinados ao

9



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Tribunal de Justiça do Estado, percentual a ser definido em ato da Administração;

6 - Produtos de multas contratuais, cauções ou depósitos que reverterem a crédito do Poder Judiciário, oriundas das despesas realizadas pelo FUNSEG-JE;

7 - Receitas provenientes da alienação de bens e materiais inservíveis, adquiridos mediante doação ou com recursos do Fundo;

8 - Percentual do produto da utilização do aluguel e instalações dos Fóruns do Poder Judiciário Estadual;

9 - Recursos provenientes das multas por ato atentatório ao exercício da jurisdição, nos termos da legislação processual;

10 - Qualquer outra fonte de financiamento, **desde que definida em lei** e que não contrarie princípios ou o ordenamento jurídico de hierarquia superior.

Ainda a respeito de irregularidades do conteúdo normativo da proposição, ressalta-se que o inciso II do art. 8º A, ao autorizar que o Chefe do Poder Executivo, baixe os atos necessários à execução da abertura do crédito orçamentário destinado ao FUNSEG, constitui-se em dispositivo meramente autorizativo, condenável pela doutrina e rechaçado pelos tribunais pátrios.

Ora, a legislação federal já autoriza expressamente o Chefe do Poder Executivo a praticar os atos necessários a abertura de créditos especiais na forma da lei, através do instrumento normativo próprio.

Lei 4.320/64

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por **decreto executivo**".

Assim, o inciso II do art. 8º A mostra-se absolutamente desnecessário por atribuir ao Governador do Estado do Tocantins uma prerrogativa ou função que já lhe pertence por outorga da Constituição e da legislação federal em vigor.

9



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Na verdade, projetos de leis meramente autorizativas, não são revestidos de juridicidade, pois não vinculam norma a ser cumprida, mas, mera faculdade que pode ou não ser exercida por quem de direito já detém tal poder.

O magistério de Miguel Reale é esclarecedor:

“Lei no sentido técnico desta palavra, só existe quando a norma escrita é constitutiva de direito ou, esclarecendo melhor, quando ela introduz algo de novo com caráter obrigatório no sistema jurídico em vigor, disciplinando, comportamentos individuais ou atividades públicas (...) Nesse quadro, somente a lei, em seu sentido próprio, é capaz de inovar no Direito já existente, isto é, de conferir, de maneira originária, pelo simples fato de sua publicação e vigência, direitos e deveres a que todos devemos respeito”.

Por fim, parece curioso o fato do Poder Judiciário estar preocupado com a segurança dos “seus” enquanto avaliza a liberdade de todos os criminosos, mesmo que condenados em segunda instância, desde que não exista trânsito em julgado da sentença e seja muitas vezes condescendente com presos perigosos, libertados nas audiências de custódia.

Isso sem contar a flagrante ineficiência do Estado em investigar, processar e punir crimes do colarinho branco, contra a administração pública e o erário, que tantos prejuízos causam ao cidadão, privando-lhe dos recursos necessários à prevenção e ao combate à violência; ao mesmo tempo em que serve de estímulo a prática de toda espécie de delitos e mal feitos.

Ora, a figura do Estado, composta pelos Poderes constituídos, dos quais faz parte o Poder Judiciário, nasceu com a função primeira de dar segurança ao cidadão comum e depois promover seu bem estar e qualidade de vida, permitindo assim a convivência harmônica em sociedade, mediante a imposição e observância de regras equitativas.

2



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

CONCLUSÃO

Em que pese a relevância da matéria, objetivando incrementar e garantir a segurança dos ilustres magistrados do Estado do Tocantins, o Projeto de Lei nº 02/20, de autoria do Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, não tem como tramitar regularmente por esta Casa de Leis, face as irregularidades apontadas neste parecer, em especial a ausência de indicação formal dos recursos necessários e compatíveis com a abertura do crédito especial pretendido.

**Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa
do Estado do Tocantins, em 16 de novembro de 2020.**


Sérgio Ricardo Vital Ferreira
Procurador Jurídico
Matrícula nº 275



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

MATÉRIA: PL 02/2020

DATA DA APRESENTAÇÃO: 22/09/2020

AUTOR: Tribunal de Justiça

ASSUNTO: Altera a Lei nº 3.586, de 17 de dezembro de 2019, que cria o FUNSEG, e da outras providências.

DESPACHO Nº 053/2020/LEG/PGA/AL

Aprovo o Parecer Jurídico do ilustre Procurador, *Dr. Sérgio Ricardo Vital Ferreira*.

Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Deputado Ricardo Ayres, relator do presente processo, para as devidas providências.

Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, em 16 de novembro 2020.


Dr. Angellino Madeira
Subprocurador Geral da Assembleia
Mat. 159



REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 02/2020

AUTOR: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

ASSUNTO: Altera a Lei nº 3.586, de 17 de dezembro de 2019, que cria o FUNSEG e dá outras providências.

RELATOR: Deputado **RICARDO AYRES**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

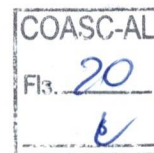
O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins encaminhou, para este Poder, o Projeto de Lei n. 02, de 1º de setembro de 2020, que "Altera a Lei nº 3.586, de 17 de dezembro de 2019, que cria o FUNSEG e dá outras providências".

Justifica o Autor, que o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução n. 104/2010, determinou que os Tribunais de Justiça façam gestão a fim de ser aprovada lei estadual dispondo a criação de Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, com a finalidade de assegurar recursos necessários à implantação e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados.

Para tanto, há necessidade de providências de ordem orçamentárias para a implementação do FUNSEG, razão pela qual se propõe a alteração da Lei 3.586, de 17 de dezembro de 2019.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Instada a manifestar-se, a douta Procuradoria desta Casa houve por bem opinar que a propositura não cumpre com as questões indispensáveis de constitucionalidade exigidas para sua admissibilidade.



A presente propositura encontra-se de acordo com a ordem constitucional e legal, atendendo às normas regimentais desta Casa de Leis, bem como aos princípios da boa técnica legislativa.

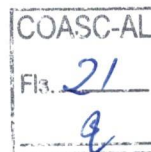
Diante do exposto, verifica-se a constitucionalidade e legalidade da presente matéria, e que a mesma atende às normas regimentais deste Poder e aos princípios da boa técnica legislativa, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei 02/2020, na forma apresentada.

É o PARECER.

Sala das Comissões, 08 de dezembro de 2020.


Deputado **RICARDO AYRES**

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
Coordenadoria de Assistência as Comissões

DESPACHO

Concedo vista referente *PL*, número *02/2020*, ao(s) Senhor(a)
Deputado(a) *Eliete da Costa*, pelo
prazo regimental de..... horas, em cumprimento ao disposto no
art. 74 do Regimento Interno desta Casa de Leis, na Reunião da
Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Sala das Comissões, *15:06* hs, do dia *08* de *Janeiro* de 2020

Deputado **RICARDO AYRES**
Presidente



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
Comissão de Constituição e Redação



Projeto de Lei n. 02/2020
Autor: Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
Assunto: Altera a Lei Estadual n. 3.586, de 17 de dezembro de 2.019, que cria o FUNSEG e dá outras providências.
Relator: Deputado Ricardo Ayres

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de dispõe sobre alteração da Lei Estadual n. 3.586, de 17 de dezembro de 2.019, que cria o FUNSEG e dá outras providências.

O autor do projeto de lei argumenta que a Resolução n. 104/201, do Conselho Nacional de Justiça, orienta a criação do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, com a finalidade de assegurar recursos necessários à implantação e manutenção do sistema de segurança dos magistrados.

Encaminhado à Comissão de Constituição e Redação, foi nomeado o Deputado Ricardo Ayres, que manifestou favorável ao projeto de lei, após prévio parecer da Procuradoria Jurídica Legislativa, folhas 05/20, sendo, logo em seguida, concedido vistas ao deputado que subscreve a presente manifestação.

A Procuradoria Jurídica Legislativa, em seu parecer de folhas 14/17, informa a vigência da Lei Estadual n. 3.586/2019, que teria criado o FUNSEG, autorizando, inclusive, a abertura de crédito especial, fundamental para a implementação do FUNSEG.

E acrescenta que, pela lógica e técnica legislativa o mais adequado é que a alteração legal fosse realizada junto ao artigo 3º da Lei 3.586/2019, que trata das receitas do FUNSEG e não em sequência ao artigo 8º, que disciplina assunto diverso.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
Comissão de Constituição e Redação



Razão assiste à Procuradoria Jurídica Legislativa, porque o artigo 2º, da Lei 3.586, de 17 de dezembro de 2019, que a melhor técnica legislativa seria a inserção do dispositivo no artigo 2º, mas a inclusão de novo dispositivo, como artigo 8º A, não constitui ilegalidade formal.

A elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina a Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998, recomenda em seu artigo 12, inciso III, alínea "b", que o acréscimo de dispositivo novo dever adotar o mesmo número do artigo ou unidade imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem suficientes para identificar os acréscimos.

"Da Alteração das Leis

Art. 12. A alteração da lei será feita:

...

III - nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

...

b) é vedada, mesmo quando recomendável, qualquer renumeração de artigos e de unidades superiores ao artigo, referidas no inciso V do art. 10, devendo ser utilizado o mesmo número do artigo ou unidade imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem suficientes para identificar os acréscimos;" – grifo nosso



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO
Comissão de Constituição e Redação



Observa-se que o dispositivo legal não obriga, mas recomenda, o que torna-se um vício meramente de melhor ou pior forma, mas que não compromete a eficácia do presente projeto de lei.

Diante do exposto, manifesto pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer.
É como voto

Sala das Comissões, 02 de fevereiro de 2021.

Assinatura manuscrita em azul do deputado estadual Elenil da Penha Alves de Brito.

Elenil da Penha Alves de Brito
Deputado Estadual



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DESPACHO

Concedo Vista ao(a) Deputado(a) OLYNTHO NETO,
referente ao(a) AL-TJ nº 02 / 2020, pelo prazo regimental de
..... horas, em cumprimento ao disposto no art. 74 do
Regimento Interno desta Casa de Leis, na **Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.**

Sala das Comissões, 14:32hs. 09 de março de 2021.


Deputado **RICARDO AYRES**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação